Porto Alegre, 26 de agosto de 2021.

## CARTA DE APRESENTAÇÃO

**BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A.**, inscrito no CNPJ sob número 05.040.481/0001-82 localizado na Avenida Soledade 550, 8º andar, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, vem por meio deste, em atendimento à Circular nº 3.964 de 25 de setembro de 2019 do Banco Central do Brasil, APRESENTAR suas demonstrações financeiras, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras estão disponíveis para consulta no sítio do Banco De Lage Landen Brasil S.A., no endereço: https://www.dllgroup.com/br/pt-br/

Por fim, declaramos que as informações contidas nesse arquivo representam de forma fidedigna os dados das demonstrações financeiras originalmente auditadas e publicadas.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO DA FONSECA HARTMANN:04505293980

Digitally signed by LUIZ EDUARDO DA FONSECA HARTMANN:04505293980
Date: 2021.08.26 16:06:56 -03'00'

Luiz Eduardo Hartmann
Diretor Financeiro
Responsável pela Contabilidade

Anderson Juliano dos Santos

Digitally signed by Anderson Juliano dos Santos
DN: C=BR, OU=CPF: 965.038.400-63, O=Banco De Lage Landen Brasil S.A., CN=Anderson Juliano dos Santos, E=anderson.santos@dllgroup.com
Reason: I am the author of this document
Location: your signing location here
Date: 2021.08.26 15:01:59-03'00'
Foxit Reader Version: 10.1.4

Anderson Juliano dos Santos
Gerente Contábil
Contador CRC RS 64.889

**Banco De Lage Landen Brasil S.A.**
Av Soledade 550, 8º Andar
Porto Alegre
CEP 90470 - 340
Brasil

**T** + (55) 51 2104 2500
www.dllgroup.com

DLL (De Lage Landen) tem escritórios em mais de 30 países em toda a Europa, América do Norte, América do Sul, Austrália e Ásia. A companhia é parte do Grupo Rabobank.

www.pwc.com.br

# *Banco De Lage Landen Brasil S.A.*

## *Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021 e relatório do auditor independente*

pwc

# *Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras*

Aos Administradores e Acionistas
Banco De Lage Landen Brasil S.A.

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco De Lage Landen Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco De Lage Landen Brasil S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Banco De Lage Landen Brasil S.A.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar

atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

# Banco De Lage Landen Brasil S.A.

## Relatório da Administração

## Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Prezados senhores:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das devidas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes correspondentes ao semestre findo 30 de junho de 2021. Tais informações contemplam, quando aplicáveis, possíveis ajustes decorrentes da Lei n.º 11.638/07 que alterou parte da Lei n.º 6.404/76 no que se refere a critérios contábeis e sua convergência a critérios internacionais de contabilidade, em conformidade do que já foi devidamente regulamentado por parte do Banco Central do Brasil.

O Banco De Lage Landen Brasil S.A. ("Banco DLL") fornece serviços de alta qualidade para favorecer o financiamento de compras para seus parceiros globais e locais dentro do conceito chamado de "Vendor Finance".

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021, os investimentos na controlada DLL Corretora de Seguros, geraram receita de equivalência no valor de R$ 1,94 milhões.

No decorrer do primeiro semestre de 2021, o Banco DLL empregou esforços no suporte às atividades vinculadas ao setor agrícola, promovendo entre os produtores rurais financiamentos para investimentos em máquinas, equipamentos e implementos. Tais esforços resultaram na contratação e liberação de crédito, em sua maioria com recursos próprios, no montante total de R$ 1.079 milhões. Adicionalmente, atuou no financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas usados e concedeu também, empréstimos para compras de máquinas novas para formação de estoque das concessionárias conveniadas, no montante de R$ 706 milhões.

Alinhado ao desenvolvimento do país e em linha com a estratégia de crescimento e de diversificação de produtos, o Banco DLL também direcionou seus esforços com o objetivo de proporcionar linhas de crédito diferenciadas, incluindo arrendamento mercantil para equipamentos relacionados à Indústria de Construção e Transporte - "Construction, Transportation & Industrial ", Equipamentos de Informática e Softwares- "Techsolution" e Equipamentos Médico-Hospitalares - "Health Care", atingindo um volume total de liberação de crédito de cerca de R$ 416 milhões.

Porto Alegre, 26 de agosto de 2021.

A Diretoria.

# Banco De Lage Landen Brasil S.A.

## Balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

| **Ativo** | | **30/06/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | 2.772.531 | 2.666.294 |
| **Disponibilidades** | 4 | 1.637 | 10.991 |
| **Aplicações interfinanceiras de liquidez** | 4 | 66.438 | 187.845 |
| Aplicações no mercado aberto | | 66.438 | 187.845 |
| **Relações interfinanceiras** | | 20.329 | - |
| Correspondentes no país | | 20.329 | - |
| **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** | 5 | 313 | 30.317 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 313 | 30.317 |
| **Operações de crédito** | 6 | 2.401.787 | 2.191.099 |
| Setor privado | | 2.444.525 | 2.247.576 |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa | | (42.738) | (56.477) |
| **Operações de arrendamento mercantil** | 6 | 223.575 | 205.438 |
| Arrendamentos a receber - Setor privado | | 227.380 | 207.842 |
| Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa | | (3.805) | (2.404) |
| **Outros créditos** | | 28.292 | 25.360 |
| Rendas a receber | | 6.818 | 7.924 |
| Diversos | 7 | 21.474 | 17.436 |
| **Outros valores e bens** | | 30.160 | 15.244 |
| Outros valores e bens | | 28.354 | 15.154 |
| Provisão para desvalorização | | (2.465) | (2.465) |
| Despesas antecipadas | | 4.271 | 2.555 |
| **Realizável a longo prazo** | | 4.924.083 | 4.584.102 |
| **Operações de crédito** | 6 | 4.452.364 | 4.135.098 |
| Setor privado | | 4.519.433 | 4.198.445 |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa | | (67.069) | (63.347) |
| **Operações de arrendamento mercantil** | 6 | 358.283 | 341.242 |
| Arrendamentos a receber - Setor privado | | 364.268 | 344.679 |
| Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa | | (5.985) | (3.437) |
| **Outros créditos** | | 91.619 | 87.085 |
| Créditos tributários | 13b | 91.619 | 87.085 |
| **Investimentos** | 8 | 17.151 | 15.207 |
| Investimentos em controlada | | 17.151 | 15.207 |
| **Imobilizado** | | 4.577 | 5.369 |
| Imobilizações de uso | | 14.962 | 19.416 |
| Depreciação acumulada | | (10.385) | (14.047) |
| **Intangível** | | 89 | 101 |
| Ativos Intangíveis | | 122 | 122 |
| Amortização acumulada | | (33) | (21) |
| **Total do ativo** | | 7.696.614 | 7.250.396 |

# Banco De Lage Landen Brasil S.A.

## Balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

| **Passivo** | | **30/06/2021** | **31/12/2021** |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | 2.724.077 | 2.184.550 |
| **Depósitos** | | 128.328 | 85.016 |
| Depósito a prazo | 9 | 128.328 | 85.016 |
| **Obrigações por empréstimos** | | 1.045.773 | 638.032 |
| Empréstimos no país - outras instituições | 10a | 80.024 | - |
| Obrigações por empréstimos no exterior | 10b | 965.749 | 638.032 |
| **Obrigações por repasse do País - Instituições oficiais** | 11a | 1.258.464 | 1.309.854 |
| FINAME/BNDES | | 1.258.464 | 1.309.854 |
| **Instrumentos Financeiros Derivativos** | 5 | 112.156 | 15.945 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 112.156 | 15.945 |
| **Obrigações por repasse do exterior** | 11b | 76.002 | 68.881 |
| Repasses do exterior | | 76.002 | 68.881 |
| **Outras obrigações** | | 103.354 | 66.822 |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | | 498 | 138 |
| Fiscais e previdenciárias | 12a | 44.843 | 38.553 |
| Diversas | 12b | 58.013 | 28.131 |
| **Exígivel a longo prazo** | | 3.646.089 | 3.803.595 |
| **Depósitos** | | - | 45.663 |
| Depósito a prazo | 9 | - | 45.663 |
| **Obrigações por repasse do País - Instituições oficiais** | 11a | 3.161.839 | 3.363.986 |
| FINAME/BNDES | | 3.161.839 | 3.363.986 |
| **Obrigações por repasse do exterior** | 11b | 393.967 | 302.028 |
| Repasses do exterior | | 393.967 | 302.028 |
| **Outras obrigações** | | 90.283 | 91.918 |
| Fiscais e previdenciárias | 12a | 56.098 | 59.351 |
| Provisão para contingências | 14 | 34.185 | 32.567 |
| **Resultados de exercícios futuros** | 15 | 138.960 | 141.595 |
| Resultados de exercícios futuros | | 138.960 | 141.595 |
| **Patrimônio líquido** | 16 | 1.187.488 | 1.120.656 |
| Capital: | | | |
| De domiciliados no pais | | 456.752 | 456.752 |
| De domiciliados no exterior | | 15 | 15 |
| Reserva de Capital | | 93.481 | 93.481 |
| Reserva de lucros | | 637.240 | 570.408 |
| **Total do passivo** | | 7.696.614 | 7.250.396 |

# Banco De Lage Landen Brasil S.A.

## Demonstrações do resultado
## Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

| | | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|---|---|---|---|
| **Receitas de intermediação financeira** | | 212.754 | 424.653 |
| Operações de crédito | | 264.776 | 321.509 |
| Operações de arrendamento mercantil | | 29.455 | 34.108 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | | 2.342 | 3.157 |
| Resultado com instrumentos financeiro | | (88.259) | 65.879 |
| Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros | 6f | 4.440 | - |
| **Despesas de intermediação financeira** | | (17.957) | (259.325) |
| Operações de captação no mercado | 21a | (1.676) | (1.850) |
| Operações de empréstimos e repasses | | (6.247) | (234.546) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 6f | (10.034) | (22.929) |
| **Resultado bruto de intermediação financeira** | | 194.797 | 165.328 |
| **Outras receitas/(despesas) operacionais** | | (75.988) | (63.403) |
| Receitas de prestação de serviços | 17 | 625 | 486 |
| Despesas de pessoal | 18 | (28.719) | (25.342) |
| Outras despesas administrativas | 19 | (37.589) | (32.420) |
| Despesas tributárias | 21 | (15.891) | (13.123) |
| Resultado de participações em coligadas e controladas | 8 | 1.944 | 2.269 |
| Outras receitas operacionais | 20 | 20.297 | 11.126 |
| Outras despesas operacionais | 20 | (16.655) | (6.399) |
| **Resultado operacional** | | 118.809 | 101.925 |
| **Resultado não operacional** | | (3) | (85) |
| **Resultado antes da tributação sobre o lucro** | | 118.806 | 101.840 |
| **Imposto de renda e contribuição social** | | (49.926) | (41.212) |
| Provisão para imposto de renda | 13a | (31.762) | (21.757) |
| Provisão para contribuição social | 13a | (25.951) | (21.636) |
| Ativo fiscal diferido | | 7.787 | 2.181 |
| **Participação no lucro** | | (2.048) | (2.148) |
| **Lucro líquido do semestre/exercício** | | 66.832 | 58.480 |
| **Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações** | | 456.767 | 456.767 |
| **Lucro líquido por ação - R$** | | 0,15 | 0,13 |

# Banco De Lage Landen Brasil S.A.

**Demonstrações do resultado abrangente**
**Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020**
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do semestre/exercício | 66.832 | 58.480 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| **Total dos resutados abrangentes** | **66.832** | **58.480** |

# Banco De Lage Landen Brasil S.A.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**
**Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020**
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

| | | Capital Social | | Reserva de lucros | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Capital realizado | Reserva de capital | Legal | Estatutária | Lucros acumulados | Total |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | | 456.767 | 93.481 | 46.179 | 410.589 | - | 1.007.016 |
| Lucro líquido do semestre | | - | - | - | - | 58.480 | 58.480 |
| Destinação: | | | | | | | |
| Reserva legal | 16d | - | - | 2.924 | - | (2.924) | - |
| Reserva Estatutária | 16f | - | - | - | 55.556 | (55.556) | - |
| **Saldos em 30 de junho de 2020** | | **456.767** | **93.481** | **49.103** | **466.145** | **-** | **1.065.496** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | | **456.767** | **93.481** | **53.110** | **517.298** | **-** | **1.120.656** |
| Lucro líquido do semestre | | - | - | - | - | 66.832 | 66.832 |
| Destinação: | | | | | | | |
| Reserva legal | 16d | - | - | 3.339 | - | (3.339) | - |
| Reserva Estatutária | 16f | - | - | - | 63.493 | (63.493) | - |
| **Saldos em 30 de junho de 2021** | | **456.767** | **93.481** | **56.449** | **580.791** | **-** | **1.187.488** |

# Banco De Lage Landen Brasil S.A.

## Demonstrações de fluxos de caixa (Método Indireto)
## Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| Lucro líquido ajustado do semestre | 128.857 | 124.208 |
| | | |
| Lucro líquido do semestre | 66.832 | 58.480 |
| | | |
| **Ajustes ao lucro líquido** | | |
| Constituição de provisão de crédito de liquidação duvidosa e outros créditos | 10.034 | 22.929 |
| Depreciações e amortizações | 804 | 849 |
| Provisão para passivos contingentes | 3.202 | 2.485 |
| Provisão para bens não de uso próprio | - | 437 |
| Variação créditos tributários | (7.787) | (2.181) |
| Impostos de renda e contribuição social correntes | 57.713 | 43.393 |
| Resultado não operacional | 3 | 85 |
| Resultado de Participações em Coligadas e Controladas | (1.944) | (2.269) |
| | | |
| **Aumento nos ativos operacionais** | (485.131) | (455.879) |
| | | |
| Redução (aumento) em instrumentos financeiros derivativos | 126.215 | (38.178) |
| Aumento em outras relações interfinanceiras e interdependências | (20.329) | (11.059) |
| Aumento em operações de crédito | (533.866) | (251.502) |
| Aumento em operações de arrendamento mercantil | (39.300) | (151.056) |
| Redução em rendas a receber | 1.106 | 3.025 |
| Redução em bens não de uso próprio | 12.037 | 789 |
| Aumento em outros ativos | (30.994) | (7.898) |
| | | |
| **Aumento nos passivos operacionais** | 225.513 | 489.952 |
| | | |
| (Redução) aumento em depósitos a prazo | (2.351) | 3.274 |
| Redução em empréstimos e repasses | (173.513) | (117.292) |
| Aumento nos empréstimos do exterior | 426.777 | 575.611 |
| Aumento em outras obrigações | 21.176 | 68.309 |
| Contingências (utilizadas) | 1.584 | (2.272) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (45.525) | (34.250) |
| Aumento em resultados de exercícios futuros | (2.635) | (3.428) |
| | | |
| **Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais** | (130.761) | 158.281 |
| | | |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | |
| | | |
| (Aquisição) de imobilizado de uso | - | (2.712) |
| Baixa de imobilizado de uso | - | 419 |
| (Aquisição) de ativos intangíveis | - | (122) |
| | | |
| **Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento** | - | (2.415) |
| | | |
| **Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa** | (130.761) | 155.866 |
| | | |
| **Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)** | | |
| No início do semestre | 198.836 | 64.141 |
| No fim do semestre | 68.075 | 220.007 |
| | | |
| **Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa** | (130.761) | 155.866 |

# Banco De Lage Landen Brasil S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021**
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

## 1 Contexto operacional

O Banco De Lage Landen Brasil S.A. ("Banco") foi constituído em 6 de março de 2002, na cidade de Porto Alegre - RS e está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, foi homologada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 3 de abril de 2002, tendo iniciado suas atividades operacionais em 30 de agosto de 2002.

O Banco concentra suas atividades no financiamento de consumidores finais de máquinas e equipamentos, tendo desenvolvido portfólio no segmento primário, beneficiando principalmente produtores rurais. Adicionalmente o Banco atua no segmento de "Technology Solutions", direcionado a máquinas e equipamentos para escritório e licença de software, "Health Care", que visa financiamento de equipamentos médico-hospitalares, no segmento de "Construction, Transportation and Industrial", englobando as atividades de "Machine Tools" e "Materials Handling & Constructions", que visa financiamentos a indústria de construção e suporte logístico.

Em 11 de fevereiro de 2016, foi constituída a DLL Corretora de Seguros Ltda., que tem como objetivo a prestação de serviços de corretagens em todos os ramos de seguros, consultoria e serviços técnicos de corretagem, como prestação de assistência e administração de carteira de seguros.

Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. O Governo Brasileiro por meio do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos e aspectos relacionados a capital. Durante este período, em relação à carteira de clientes, houve renegociações atendendo as Circulares Nº 12/2020-BNDES (pandemia), 32/2020-BNDES e 33/2020-BNDES (estiagem), e também as Resoluções 4.782/2020, 4.791/2020, 4.803/2020 (pandemia), 4.801/2020, 4.802/2020 e 4.807/2020 (estiagem) do Banco Central do Brasil. Quanto ao passivo que o Banco possui junto ao BNDES o mesmo também foi renegociado atendendo as Circulares mencionadas anteriormente.

O Banco monitora os efeitos econômicos desta pandemia no Brasil e nos demais países e que podem afetar adversamente seus resultados. Desde o início do surto da COVID19 no Brasil, foram estruturados grupos de trabalhos que acompanham diariamente os efeitos da propagação da pandemia e de seus impactos em suas operações, além das ações governamentais para mitigar os efeitos desta pandemia. O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento semanal, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do Covid-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento. Até o presente momento, a crise provocada pela decretação da pandemia não gerou impacto significativo na Instituição e nas suas operações.

## 2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021, foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emitidas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Essas demonstrações evidenciam

todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com a Resolução BCB nº 02/2020, a qual estabelece os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras emitidas a partir de 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco efetua a revisão das estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Em 26 de agosto de 2021, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las a partir desta data.

## 3 Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

### a. Apuração de resultados

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência e são contabilizadas pelo critério "pro rata dia", calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações em moeda estrangeira, as quais são calculadas com base no método linear.

### b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

### c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular n.º 3.068 de 8 de novembro de 2001 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

**(i)** **Títulos para negociação -** adquiridos com a intenção de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

**(ii)** **Títulos disponíveis para a venda -** que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e

**(iii)** **Títulos mantidos até o vencimento -** adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira é apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular n.º 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do BACEN, obedecendo ao seguinte critério para as operações de swap: os diferenciais a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa pro rata até a data do balanço.

Em 30 de junho de 2021 os saldos com instrumentos derivativos são de R$ 313 a receber e 121.156 a pagar (R$ 30.317 a receber e 15.945 a pagar em 31 de dezembro de 2020).

**d. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A classificação das operações de crédito e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução n.º 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN. Vide percentuais mínimos de provisionamento na nota 6.e.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias ou 360 dias para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme trata o parágrafo 1º do inciso II do artigo 4º da Resolução n.º 2.682/99 do CMN.

As rendas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

A Administração adota a contagem de prazo em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses conforme trata o parágrafo 1º do inciso II do artigo 4º da Resolução n.º 2.682/99 do CMN.

Em caso de renegociação das parcelas vencidas junto aos clientes em situação de inadimplência, aplicam-se as políticas internas do Banco em consonância com a regulamentação vigente. Nesses casos os juros param de ser apropriados para fins contábeis e os ratings são congelados, permanecendo congelados até haver pagamento substancial do total do valor renegociado ou uma reavaliação de crédito. Exceto para os casos que tiveram resoluções especificas de renegociação pela pandemia ou estiagem, os quais tiveram o prazo de vencimento prorrogado, e os juros permaneceram sendo apropriados.

As análises para concessão de acordos são realizadas de forma individual e levam em consideração o saldo devedor, a quantidade de parcelas, condições de solvabilidade do cliente e disposição dos clientes em efetuar a regularização de sua situação, para poder ter acesso a novos créditos.

**e. Cessão de crédito**

Quando realizadas, são registradas com base na Resolução nº 3.533 do CMN, de 31 de janeiro de 2008, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, que estabelece procedimento para classificação, registro contábil e divulgação de venda ou de transferência de ativos financeiros, os ativos financeiros adquiridos, com retenção substancial de risco e benefícios, a partir de janeiro de 2012, são registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo, na rubrica de Outros Créditos, como direito a receber da instituição cedente, pelo seu valor de aquisição, sendo as receitas apropriadas pelo prazo remanescente da operação.

**f. Avais e fianças**

Os avais e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os

desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

As provisões para perdas sobre essas operações são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999, do CMN.

**g. Operações de arrendamento mercantil**

**(i) Arrendamento a receber**
As operações de arrendamento são demonstradas pelo método financeiro ao valor das contraprestações a receber e do valor residual garantido, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento, e descontadas ao valor presente.

**(ii) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual garantido (VRG)**
As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e as rendas efetivas são apropriadas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF n.º 140/84.Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "valores residuais e realizar", tendo como contrapartida a conta de "valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

**(iii) Perdas em de arrendamentos**
O prejuízo ao final do contrato, apurado em função do exercício da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto de arrendamento. Para fins de publicação o saldo do ativo diferido está sendo classificado em Imobilizado de Arrendamento.

**(iv) Superveniência (Insuficiência) de depreciação**
O ajuste financeiro da carteira de arrendamento, necessário para que o resultado do período e o patrimônio líquido estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi calculado em conformidade com os critérios do BACEN, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando as taxas contratuais.

**(v) Provisões para operações de arrendamento mercantil**
A classificação das operações de arrendamento mercantil e a constituição da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução n.º 2.682/99 do CMN.

As baixas de operações de arrendamento mercantil contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias ou 360 dias para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas de operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

**h. Ativo permanente**
O imobilizado de uso é depreciado pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

As participações em controlada são registradas e atualizadas através do método de equivalência patrimonial.

**i. Redução a valor recuperável de ativos**
O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

**j. Depósitos a prazo**
Estão registrados pelos respectivos valores captados, atualizados "pro rata dia" de acordo com a taxa de juros e indexadores acordados

**k. Imposto de renda e contribuição social**
As provisões para imposto de renda são constituídas à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e para a contribuição social sobre o lucro líquido na alíquota de 20%.

Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e nas disposições constantes na Resolução n.º 3.059 de 30 de dezembro de 2002 e na Resolução n.º 3.355 de 31 de março de 2006, do CMN que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

**(i)** Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e

**(ii)** Ter expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

**l. Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais**

**(i) Ativos e passivos contingentes**

*Ativos contingentes*
São divulgados quando for possível a entrada de benefícios econômicos. Ativos contingentes se tornam ativos e são reconhecidos contabilmente quando for praticamente certo que ocorrerá a entrada de benefícios econômicos. Não existem ativos contingentes registrados em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

*Passivos contingentes*
Decorrem, basicamente, de processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas e outros riscos. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos e externos e da administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer

a instâncias superiores e da experiência histórica da instituição. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas à atualização frequente.

São constituídas provisões para os casos classificados e estimados como Perda Provável, e em que baseado no histórico de despesas com casos de mesma natureza, o "valor do risco de perda" pode ser determinado ou estimado de forma confiável.

**(ii) Obrigações legais**
Representadas por exigíveis relativos às obrigações legais, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independente da avaliação dos consultores jurídicos e da Administração.

**m. Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são representadas por contas correntes e aplicações interfinanceiras cujos vencimentos na data de originação sejam iguais ou inferiores a 90 dias.

**n. Outros ativos circulante e realizável a longo prazo**
Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

**o. Outros passivos circulante e exigível a longo prazo**
Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

**p. Moeda estrangeira**
Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As receitas e despesas em moeda estrangeira foram convertidas para reais pela taxa de câmbio da data do registro contábil. As diferenças de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o valor de caixa e equivalentes de caixa apresentado nas Demonstrações dos fluxos de caixa está constituído por:

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| No início do semestre | | |
| Disponibilidades | 10.991 | 14.390 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 187.845 | 49.751 |
| Operações compromissadas (LTN) | 187.845 | - |
| Operações compromissadas (LFT) | - | 49.751 |
| **Total** | **198.836** | **64.141** |
| | | |
| No final do semestre/exercício | | |
| Disponibilidades | 1.637 | 10.991 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 66.438 | 187.845 |
| Operações compromissadas (LTN) | 66.438 | 187.845 |
| **Total** | **68.075** | **198.836** |

## 5 Instrumentos financeiros derivativos

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021 foi realizada operação com instrumentos financeiros derivativos, representadas por operações de swap, as quais são utilizadas principalmente para compensar as variações relacionadas ao descasamento da estrutura de ativos e passivos.

**Ativo**

| | | | | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Swaps** | **Valor de referência** | **Venc.até 1 ano** | **Valor de mercado** | **Valor da curva** | **Valor de mercado** |
| Euro x CDI | 221.600 | 313 | 313 | 313 | 30.317 |
| **Total** | | **313** | **313** | **313** | **30.317** |

**Passivo**

| | | | | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Swaps** | **Valor de referência** | **Venc.até 1 ano** | **Valor de mercado** | **Valor da curva** | **Valor de mercado** |
| Euro x CDI | 395.410 | 112.156 | 112.156 | 112.156 | 15.945 |
| **Total** | | **112.156** | **112.156** | **112.156** | **15.945** |

As operações são registradas e custodiadas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

## 6 Operações de crédito

### a. Composição das operações de crédito e arrendamento mercantil

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Empréstimos | 42.706 | 51.843 |
| Financiamentos | 680.332 | 600.864 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 5.705.172 | 5.430.113 |
| Arrendamento mercantil (1) | 591.649 | 552.522 |
| Avais e fianças honrados (vide Nota 24 b) | 48 | 79 |
| Títulos e créditos a receber (2) | 535.699 | 363.121 |
| **Subtotal** | **7.555.606** | **6.998.542** |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (119.597) | (125.665) |
| **Total** | **7.436.009** | **6.872.877** |

**(1)** Saldo apresentado pelo valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando as taxas contratuais (vide Nota 3.g).

**(2)** Refere-se a operações de compra de recebíveis, registrado na rubrica de outros créditos diversos.

## b. Composição da carteira por tipo de cliente

| | 30/06/2021 | | 31/12/2020 | |
|---|---|---|---|---|
| | **Carteira** | **Provisão** | **Carteira** | **Provisão** |
| Pessoa física | 5.496.020 | (82.019) | 5.193.592 | (91.254) |
| Pessoa jurídica | 2.059.586 | (37.578) | 1.804.950 | (34.411) |
| **Total** | **7.555.606** | **(119.597)** | **6.998.542** | **(125.665)** |

## c. Composição da carteira de crédito por atividade econômica

| | **30/06/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|
| Setor privado | | |
| Rural | 6.397.725 | 5.937.729 |
| Outros Serviços | 1.157.881 | 1.060.813 |
| **Total** | **7.555.606** | **6.998.542** |

## d. Concentração dos maiores tomadores de crédito

| | 30/06/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Valor** | **Carteira** | **% Patrimônio de referência** | **Valor** | **Carteira** | **% Patrimônio de referência** |
| Maior | 190.930 | 2,53% | 16,08% | 158.152 | 2,26% | 14,11% |
| 10 maiores seguintes | 347.656 | 4,60% | 29,28% | 333.471 | 4,76% | 29,76% |
| 20 maiores seguintes | 289.872 | 3,84% | 24,41% | 276.356 | 3,95% | 24,66% |
| Demais | 6.727.148 | 89,04% | | 6.230.563 | 89,03% | |
| **Total** | **7.555.606** | **100,00%** | | **6.998.542** | **100,00%** | |

## e. Composição da carteira de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução n.º 2.682/99 do CMN e provisão para créditos de liquidação duvidosa.

| | 30/06/2021 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Provisão mínima (Res. nº 2.682/99) | |
| **Nível de risco** | **Contratos em curso normal** | **Contratos em atraso** | **Total** | **%** | **Valor** |
| A | 5.193.806 | 11.063 | 5.204.869 | 0,5% | (26.024) |
| B | 1.754.792 | 17.577 | 1.772.369 | 1,0% | (17.724) |
| C | 449.231 | 4.695 | 453.926 | 3,0% | (13.618) |
| D | 28.618 | 15.616 | 44.234 | 10,0% | (4.423) |
| E | 15.626 | 5.508 | 21.134 | 30,0% | (6.340) |
| F | 3.382 | 5.006 | 8.388 | 50,0% | (4.194) |
| G | 10.540 | 833 | 11.373 | 70,0% | (7.961) |
| H | 28.100 | 11.213 | 39.313 | 100,0% | (39.313) |
| **Total** | **7.484.095** | **71.511** | **7.555.606** | | **(119.597)** |

| | 31/12/2020 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Provisão mínima (Res. nº 2.682/99) | |
| Nível de risco | Contratos em curso normal | Contratos em atraso | Total | % | Valor |
| A | 4.842.168 | 11.573 | 4.853.741 | 0,5% | (24.269) |
| B | 1.533.205 | 14.433 | 1.547.638 | 1,0% | (15.476) |
| C | 456.425 | 15.663 | 472.088 | 3,0% | (14.163) |
| D | 32.710 | 4.538 | 37.248 | 10,0% | (3.725) |
| E | 12.505 | 4.130 | 16.635 | 30,0% | (4.991) |
| F | 4.370 | 2.093 | 6.463 | 50,0% | (3.232) |
| G | 12.972 | 3.421 | 16.393 | 70,0% | (11.475) |
| H | 28.605 | 19.731 | 48.336 | 100,0% | (48.336) |
| **Total** | **6.922.960** | **75.582** | **6.998.542** | | **(125.667)** |

O Banco adotou como política não classificar operações de crédito com nível de risco "AA".

## f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Saldo inicial no período | (125.665) | (129.973) |
| Constituição | (10.034) | (34.807) |
| Créditos baixados contra prejuízo | 16.102 | 39.115 |
| Saldo final no período | **(119.597)** | **(125.665)** |
| Créditos recuperados | (22.002) | (69.713) |

(1) As operações de crédito que já haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação e que foram objeto de renegociação e acordos, foram classificadas nas contas patrimoniais com nível de risco "H", passando a figurar no balanço patrimonial, totalizando R$ 8.433 em 30 de junho de 2021 (R$ 11.214 em 31 de dezembro de 2020).

(2) Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021 o Banco efetuou a venda de parte de sua carteira baixada contra prejuízo em exercícios anteriores pelo montante de R$ 4.440.

## g. Composição da carteira por vencimento

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **A vencer:** | | |
| Até 30 dias | 482.349 | 179.050 |
| De 31 a 60 dias | 309.005 | 184.330 |
| De 61 a 90 dias | 300.197 | 197.965 |
| De 91 a 180 dias | 529.349 | 779.660 |
| De 181 a 360 dias | 1.049.005 | 1.095.365 |
| Acima de 360 dias | 4.872.086 | 4.543.124 |
| **Total** | **7.541.991** | **6.979.494** |
| | | |
| **Vencidas:** | | |
| Até 30 dias | 5.484 | 5.353 |
| De 31 a 60 dias | 2.188 | 2.217 |
| De 61 a 90 dias | 2.353 | 1.177 |
| De 91 a 180 dias | 995 | 4.947 |
| De 181 a 540 dias | 2.595 | 5.354 |
| **Total** | **13.615** | **19.048** |
| | | |
| **Total geral** | **7.555.606** | **6.998.542** |

## h. Garantias

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, em garantia ao risco de crédito de suas operações, o Banco tinha constituído, a seu favor, notas promissórias, penhores, hipotecas e alienações fiduciárias, cédulas de crédito rural e cédulas de crédito bancário.

## i. Renegociações e prorrogações

O Banco no decorrer normal das operações, continua com seus esforços em recuperar a solvabilidade de seus clientes em situação de inadimplência, promovendo acordos administrativos, procurando o enquadramento no que for possível das condições econômico/financeiras de seus clientes.

O Banco aplica também as normas introduzidas pelo CMN nos termos das resoluções por meio das quais foram concedidos novos prazos de vencimentos às prestações vencidas e vincendas.

**j. Apresentamos a seguir tabela com as reclassificações efetuadas em decorrência da apresentação das operações de arrendamento pelo método financeiro:**

| | 30/06/2021 | | |
|---|---|---|---|
| | **Saldos nas Demonstrações Financeiras** | **Reclassificações** | **Saldos Reclassificados** |
| Operações de arrendamento a receber | 2.394 | 589.254 | 591.648 |
| Ativo circulante | 920 | 226.460 | 227.380 |
| Ativo realizável a longo prazo | 1.474 | 362.794 | 364.268 |
| Imobilizado de arrendamento | 927.801 | (927.801) | - |
| Perdas em arrendamentos a amortizar | 13.763 | (13.763) | - |
| Outras obrigações – Diversas | | | |
| Credores por antecipação do valor residual (1) | 313.306 | (313.306) | - |
| Passivo circulante | 120.403 | (120.403) | - |
| Passivo exigível a longo prazo | 192.903 | (192.903) | - |
| Valor presente das operações de arrendamento mercantil | 591.648 | | 591.648 |
| | | | |
| Receitas de operações de arrendamento mercantil - semestre | (178.136) | 148.681 | (29.455) |
| Despesas de operações de arrendamento mercantil - semestre | 148.681 | (148.681) | - |

| | 31/12/2020 | | |
|---|---|---|---|
| | **Saldos nas Demonstrações Financeiras** | **Reclassificações** | **Saldos Reclassificados** |
| Operações de arrendamento a receber | 5.742 | 546.779 | 552.521 |
| Ativo circulante | 2.017 | 205.825 | 207.842 |
| Ativo realizável a longo prazo | 3.725 | 340.954 | 344.679 |
| Imobilizado de arrendamento | 855.450 | (855.450) | - |
| Perdas em arrendamentos a amortizar | 9.532 | (9.532) | - |
| Outras obrigações – Diversas | | | |
| Credores por antecipação do valor residual (1) | 296.742 | (296.742) | - |
| Passivo circulante | 104.245 | (104.245) | - |
| Passivo exigível a longo prazo | 192.497 | (192.497) | - |
| Valor presente das operações de arrendamento mercantil | 552.521 | | 552.521 |
| | | | |
| Receitas de operações de arrendamento mercantil - exercício | (279.368) | 212.720 | (66.648) |
| Despesas de operações de arrendamento mercantil - exercício | 212.720 | (212.720) | - |

(1) Saldo das parcelas de antecipação do valor residual garantido (VRG), cobrada ao longo do contrato de leasing e deve ser restituída ao consumidor, desde que, ao final do contrato, o cliente não opte pela compra do bem ou fique inadimplente durante o pagamento das contraprestações.

## 7 Outros créditos - diversos

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Devedores por depósitos em garantia | 17.087 | 16.150 |
| Devedores diversos - País | 3.597 | 1.052 |
| Outros | 790 | 234 |
| **Total - Circulante** | **21.474** | **17.436** |

## 8 Participações em Controlada

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as participações em investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial era:

**DLL Corretora de Seguros Ltda.**

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Número de quotas possuídas | 250 | 250 |
| Percentual de participação | 99,99% | 99,99% |
| Capital social | 250 | 250 |
| Patrimônio líquido | 17.151 | 15.207 |
| Lucro líquido ajustado do semestre | 1.944 | 5.034 |
| Valor do investimento | 17.151 | 15.207 |
| Equivalência patrimonial | 1.944 | 5.034 |

## 9 Depósitos a prazo

Representado por captações via certificado de depósito bancário, sobre as quais incidem juros indexados à variação de 100% do CDI.

| | | | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| **Contraparte** | **Até 1 ano** | **Acima de 1 ano** | **Total** | **Total** |
| De Lage Landen Participações Ltda. | 107.732 | - | 107.732 | 112.637 |
| DLL Corretora de Seguros Ltda. | 18.669 | - | 18.669 | 16.737 |
| Demais Clientes | 1.927 | - | 1.927 | 1.305 |
| **Total** | **128.328** | **-** | **128.328** | **130.679** |

## 10 Obrigações por empréstimos

### a. Empréstimos no país - outras instituições

Ao final de 30 de junho foi realizado uma transação com o Banco Itaú para captação de recursos. Essa operação foi liquidada no dia 02 de julho de 2021 mediante captação de recursos no mesmo montante com o Banco Rabobank Brasil S.A.

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **Contraparte** | **Até 1 ano** | **Total** |
| Banco Itaú S.A. | 80.024 | - |
| **Total** | **80.024** | **-** |

### b. Obrigações por empréstimos no exterior

Representado por captações no exterior junto ao De Lage Landen Ireland Company, sobre as quais incidem variação cambial e acréscimos de juros.

| | | 30/06/2021 | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| **Contraparte** | | **Principal (*)** | **Até 1 ano** | **Total** |
| De Lage Landen Ireland Co. | EUR | 162.967 | 965.749 | 638.032 |
| **Total** | | **162.967** | **965.749** | **638.032** |

* Em 2021 foram efetuadas seis novas captações que totalizaram o montante de 129.967 milhões de Euros. O saldo de 31 de dezembro de 2020 corresponde a 100 milhões de Euros.

## 11 Obrigações por repasses

### a. Repasses do país

Representados por recursos provenientes do BNDES, por meio da sua Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, com vencimentos até 2029 com incidência de encargos financeiros pré-fixados ou pós-fixados acrescidos da variação da TJLP, TLP ou SELIC. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e encargos financeiros, acrescidos de comissão de intermediação.

**Finame/BNDES**

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Vencimento até 3 meses | 500.867 | 150.289 |
| Vencimento de 3 meses a 12 meses | 757.597 | 1.159.565 |
| Vencimentos acima de 12 meses | 3.161.839 | 3.363.986 |
| **Total** | **4.420.303** | **4.673.840** |
| Circulante | 1.258.464 | 1.309.854 |
| Não-circulante | 3.161.839 | 3.363.986 |

### b. Repasses do exterior

Representado por captações no exterior junto ao De Lage Landen Ireland Company, sobre as quais incidem variação cambial e acréscimos de juros.

| | | | | | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Contraparte** | | **Principal** | **Até 1 ano** | **Acima de 1 ano** | **Total** | **Total** |
| De Lage Landen Ireland Co. | **USD** | 13.792 | 13.653 | 55.839 | 69.492 | 36.149 |
| De Lage Landen Ireland Co. | **EUR** | 67.423 | 62.349 | 338.128 | 400.477 | 334.760 |
| **Total** | | | **76.002** | **393.967** | **469.969** | **370.909** |

## 12 Outras obrigações

### a. Fiscais e previdenciárias

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Provisão para imposto de renda sobre o lucro (vide nota 13a) (1) | 21.117 | 13.371 |
| Provisão para contribuição social sobre o lucro (vide nota 13b) (2) | 19.401 | 14.958 |
| Provisão para imposto de renda diferido (vide nota 13b) | 56.098 | 59.351 |
| IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio | - | 3.750 |
| Impostos e contribuições sobre salários a pagar | 2.325 | 2.610 |
| COFINS a pagar | 1.383 | 1.194 |
| ISS s/serviços a pagar | 34 | 545 |
| PIS a pagar | 225 | 194 |
| Outros impostos e contribuições | 358 | 1.931 |
| **Total** | **100.941** | **97.904** |
| Circulante | 44.843 | 38.553 |
| Não -circulante | 56.098 | 59.351 |

**(1)** Na Provisão para imposto de renda sobre o lucro no valor de R$ 31.762 (R$ 33.104 em 31 de dezembro de 2020) estão deduzidos os pagamentos por estimativas de R$ 10.645 (R$ 19.663 em 31 de dezembro de 2020) restando o valor a pagar de R$ 21.117 (R$ 13.371 em 31 de dezembro de 2020).

**(2)** Na provisão para contribuição social sobre o lucro no valor de R$ 25.951 (R$ 26.621 em 31 de dezembro 2020) estão deduzidos os pagamentos por estimativas de R$ 6.550 (R$ 11.663 em 31 de dezembro de 2020) restando o valor a pagar de R$ 19.401 (R$ 14.958 em 31 de dezembro de 2020).

### b. Diversas

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Provisão para pagamentos a efetuar (1) | 39.521 | 17.519 |
| Recebimentos de cobrança a processar (2) | 4.674 | 3.239 |
| Outros valores a pagar | 13.818 | 7.373 |
| **Total** | **58.013** | **28.131** |
| Circulante | 58.013 | 28.131 |
| Não-Circulante | - | - |

**(1)** Referem-se, a provisões relativas a despesas de pessoal, despesas com serviços técnicos especializados e outras despesas administrativas.

**(2)** Refere-se a valores recebidos em cobrança de operações de crédito ainda não identificados.

## 13 Imposto de renda e contribuição social

### a. Demonstração do cálculo

| | 30/06/2021 | | 30/06/2020 | |
|---|---|---|---|---|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| **Resultado antes da tributação sobre o lucro e juros sobre capital próprio** | **118.806** | **118.806** | **101.840** | **101.840** |
| Participação no lucro | (2.048) | (2.048) | (2.148) | (2.148) |
| **Resultado antes da tributação sobre o lucro** | **116.758** | **116.758** | **99.692** | **99.692** |
| Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos | | | | |
| Diferenças Temporárias | **14.810** | **14.810** | **(8.495)** | **20.061** |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (6.001) | (6.001) | 1.233 | 1.233 |
| Operações de crédito transferidas para prejuízo | (5.410) | (5.410) | 7.421 | 7.421 |
| Provisão para contingência | 1.617 | 1.617 | 213 | 213 |
| Superveniência de depreciação | 7.229 | 7.229 | (28.556) | |
| Outros | 17.375 | 17.375 | 11.194 | 11.194 |
| **Diferenças Permanentes** | **(1.266)** | **(1.811)** | **(1.673)** | **(2.193)** |
| Despesas não-dedutíveis | 678 | 133 | 596 | 76 |
| Equivalência patrimonial | (1.944) | (1.944) | (2.269) | (2.269) |
| **Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social** | **130.302** | **129.757** | **89.524** | **117.560** |
| Imposto de renda e contribuição social as alíquotas de 25% e 20% respectivamente, deduzidos dos incentivos fiscais | (31.762) | (25.951) | (21.757) | (21.636) |
| Crédito tributário (1) | 3.702 | 4.085 | (2.123) | 4.304 |
| **Total da provisão para imposto de renda e contribuição social** | **(28.060)** | **(21.866)** | **(23.880)** | **(17.332)** |

(1) A alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) para as empresas financeiras sofreu majoração de 5%, a partir de 01 de Julho de 2021 até 31 de Dezembro de 2021, conforme Lei 14.183/2021;

## b. Movimento dos créditos tributários e passivo diferido

Os créditos tributários no valor de R$ 91.619 (R$ 87.085 em 31 de dezembro de 2020) encontram-se classificados na rubrica "Outros créditos - diversos" e o passivo diferido no valor de R$ 56.098 (R$ 59.350 em 31 de dezembro de 2021) encontram-se classificados na rubrica "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias". Sua movimentação durante o semestre está apresentada a seguir:

| | Ativo | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **30/06/2020** | **31/12/2020** | **Constituição / (Realização)** | **30/06/2021** |
| Provisão para devedores duvidosos | 59.043 | 56.520 | (2.700) | 53.820 |
| Operações de crédito transferidas para prejuízo | 14.044 | 10.799 | (2.435) | 8.364 |
| Provisão para contingência | 14.693 | 14.655 | 728 | 15.383 |
| Provisão CSLL Lei 13.169/15 e Emenda Constitucional 103/19 | - | - | 1.123 | 1.123 |
| Outros | 10.449 | 5.111 | 7.818 | 12.929 |
| **Total** | **98.229** | **87.085** | **4.534** | **91.619** |

| | Passivo | | | |
|---|---|---|---|---|
| | **30/06/2020** | **31/12/2020** | **Constituição / (Realização)** | **30/06/2021** |
| Superveniência de depreciação | 46.255 | 59.350 | (3.252) | 56.098 |
| **Total** | **46.255** | **59.350** | **(3.252)** | **56.098** |

## c. Estimativas de realização

A Administração do Banco, fundamentado em estudo técnico que considera expectativa de geração de lucros futuros, estima a realização dos créditos tributários num prazo máximo de sete anos. O valor presente do crédito tributário está apresentado como segue:

| | **dez/21** | **dez/22** | **dez/23** | **dez/24** | **jun/21 Total** | **jun/20 Total** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Provisão s/operações de crédito | 11.936 | 17.621 | 10.076 | 14.186 | 53.819 | 59.043 |
| Créditos baixados como prejuízo | 3.442 | 4.139 | (637) | 1.420 | 8.364 | 14.044 |
| Provisão para contingências | 1.923 | 3.846 | 3.846 | 5.769 | 15.383 | 14.693 |
| Ajustes Lei 13.169/2015 e Emenda 103/2019 | 1.123 | - | - | - | 1.123 | - |
| Outros | 12.929 | - | - | - | 12.929 | 10.449 |
| **Subtotal** | **31.353** | **25.606** | **13.285** | **21.375** | **91.618** | **98.229** |
| Superveniência depreciação | (8.003) | (16.136) | (11.030) | (20.929) | (56.098) | (46.254) |
| **Total** | **23.350** | **9.470** | **2.255** | **446** | **35.520** | **51.975** |

O Banco não possui créditos tributários não registrados nos exercícios findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

## 14 Provisão para contingências

- **Ativos Contingentes**: no semestre findo de 30 de junho de 2021 e exercício de 31 de dezembro de 2020 não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como praticamente certos de realização.

- **Passivos Contingentes**: as provisões foram constituídas considerando os critérios descritos na Nota 3.l, aprovados pela Administração e admitidos pela regulamentação em vigor, de maneira consistente,

com base na avaliação de assessores jurídicos. A Administração considera remota a probabilidade de que pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados. Abaixo estão apresentados os valores provisionados e avaliados com probabilidade prováveis de perda:

| **Natureza (vide nota 12.b)** | **30/06/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|
| Cíveis | 5.011 | 5.822 |
| Fiscais | 1.461 | 1.454 |
| Trabalhistas | 27.713 | 25.291 |
| **Total geral** | **34.185** | **32.567** |

- **Provisões Trabalhistas:** São provenientes de ações movidas, na grande maioria, por ex-funcionários que pleiteiam direitos trabalhistas que entendem devidos. A apuração das provisões trabalhistas é realizada mensalmente a partir do valor do pedido, e a probabilidade de perda, por sua vez, é estimada de acordo com os fatos, matéria de direito e despesas esperadas relacionadas diretamente ao andamento de cada ação. Para provisão contábil consideram-se os valores classificados como perda provável.

- **Provisões Cíveis:** Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral e ou material, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a questionamento de juros e mora e ou por terem sido incluídos em sistemas restritivos de crédito e central de risco do Banco Central do Brasil. Os valores encontram-se provisionados em sua totalidade, obedecendo a escala de provisionamento de prováveis, não sendo provisionado os classificados como possíveis e remoto.

- **Processos de Natureza Fiscais e Previdenciárias:** os passivos de obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de ações conjuntas promovidas pela Federação de Bancos referentes à majoração de alíquota de INSS relativo ao SAT - Seguro de Acidentes de Trabalho e visando afastar a cobrança das contribuições previdenciárias sobre as verbas pagas a título de aviso prévio indenizado. Os valores encontram-se integralmente provisionados com base no depósito judicial efetuado e são contabilizados na linha 'outros impostos e contribuições' na rubrica 'Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias'.

- **Pis e Cofins -** Em dezembro de 2014, o Banco ingressou com ação judicial pleiteando a repetição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, nos últimos cinco anos, sobre as receitas financeiras decorrentes de sua atividade principal, já que tais tributos somente podem incidir sobre o faturamento, assim entendido como produto da venda de mercadorias e/ou da prestação de serviços. O processo aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal, o qual aprecia a questão em recurso com repercussão geral reconhecida.

  Em 30 de junho de 2021, existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível relativos a processos cíveis, cujo valor estimado de perda é de R$ 8.076 (R$ 7.015 em 31 de dezembro 2020).

### Movimentação dos passivos contingentes e obrigações legais

| | 31/12/2020 | Adições | Utilização | Reversão | 30/06/2021 30/06/2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Cíveis | 5.822 | 1.139 | (298) | (1.652) | 5.011 |
| Fiscais | 1.454 | 7 | - | - | 1.461 |
| Trabalhistas | 25.291 | 14.473 | (1.286) | (10.765) | 27.713 |
| **Total** | **32.567** | **15.619** | **(1.584)** | **(12.417)** | **34.185** |

| | 31/12/2019 | Adições | Utilização | Reversão | 30/06/2020 30/06/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Cíveis | 5.075 | 1.645 | (176) | - | 6.544 |
| Fiscais | 2.739 | 24 | - | - | 2.763 |
| Trabalhistas | 24.623 | 3.416 | (2.095) | (2.600) | 23.344 |
| **Total** | **32.437** | **5.085** | **(2.271)** | **(2.600)** | **32.651** |

## 15 Resultado de Exercícios Futuros

Representados por receitas de equalização de juros recebidas antecipadamente, oriundas de acordos formalizados via convênio ou contrato, com fabricantes e concessionárias parceiras, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

| | 31/12/2020 | Entradas | Apropriações | 30/06/2021 30/06/2021 |
|---|---|---|---|---|
| Arrendamento mercantil | 734 | 10 | (140) | 604 |
| Financiamento | 140.861 | 32.371 | (34.876) | 138.356 |
| **Total** | **141.595** | **32.381** | **(35.016)** | **138.960** |

| | 31/12/2019 | Entradas | Apropriações | 31/12/2020 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| Arrendamento mercantil | 1.106 | 435 | (807) | 734 |
| Financiamento | 123.889 | 76.703 | (59.731) | 140.861 |
| **Total** | **124.995** | **77.138** | **(60.538)** | **141.595** |

## 16 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social, totalmente subscrito, está representado por 456.767.074 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal, assim distribuídas entre seus acionistas:

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| De Lage Landen Participações Ltda | 99,99% | 99,99% |
| Outros | 0,01% | 0,01% |
| | **100,00%** | **100,00%** |

### b. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pelo Banco.

A Administração, em consonância com os poderes que lhes foram conferidos, determinou pela destinação da parcela remanescente do lucro líquido, após a constituição da reserva legal, para a Reserva de Lucros - Estatutária, não havendo, portanto, distribuição de dividendos sobre os lucros do semestre findo em 30 de junho de 2021.

**c. Reserva de capital**

O saldo de Reserva de capital aguarda aprovação da Administração para eventual aumento de capital.

**d. Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do art. 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A reserva legal constituída no semestre findo em 30 de junho 2021 foi no montante de R$ 3.339 (R$ 2.924 no semestre findo em 30 de junho de 2020).

**e. Lucros acumulados**

O lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2021 foi de R$ 66.832 (R$ 58.480 no semestre findo em 30 de junho de 2020).

**f. Reserva Estatutária**

A Reserva Estatutária foi criada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Banco, bem como para garantia de futura distribuição de dividendos. O saldo é limitado ao montante do capital social.

O estatuto social do Banco prevê a constituição dessa reserva do lucro líquido por proposta da Diretoria. O Banco constituiu reserva estatutária no semestre de 30 de junho 2021 no montante de R$ 63.493 (R$ 55.556 no semestre findo em 30 de junho de 2020), após as deduções de 5% da reserva legal, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco.

## 17 Rendas de tarifas bancárias

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|---|---|---|
| Rendas de tarifas bancárias | 625 | 486 |
| **Total** | **625** | **486** |

## 18 Despesas de pessoal

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|---|---|---|
| Salários | (12.984) | (11.254) |
| Férias | (1.229) | (1.066) |
| Benefícios | (8.660) | (7.818) |
| Encargos sociais | (5.583) | (5.011) |
| Outras despesas | (263) | (193) |
| **Total** | **(28.719)** | **(25.342)** |

## 19 Outras despesas administrativas

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|---|---|---|
| Emolumentos judiciais, cartoriais e outros | (4.073) | (3.736) |
| Seguros | (591) | (753) |
| Serviços de terceiros, manutenção e conservação | (2.899) | (3.298) |
| Processamento de dados | (6.175) | (3.845) |
| Serviços técnicos especializados | (17.977) | (13.828) |
| Comunicação | (405) | (611) |
| Promoções e relações públicas | (693) | (678) |
| Aluguéis | (1.468) | (1.291) |
| Viagem no país e exterior | (67) | (815) |
| Amortização e depreciação | (844) | (1.267) |
| Outras despesas administrativas | (2.397) | (2.298) |
| **Total** | **(37.589)** | **(32.420)** |

## 20 Outras receitas e despesas operacionais

### Outras receitas

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|---|---|---|
| Recuperação despesas (1) | 7.397 | 8.406 |
| Reversão de provisões para passivos contingentes (Nota 14) | 12.417 | 2.600 |
| Rendas com variação monetária ativa | 140 | 120 |
| Outras rendas operacionais | 343 | - |
| **Total** | **20.297** | **11.126** |

### Outras despesas

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|---|---|---|
| Despesas com provisões para passivos contingentes (Nota 14) | (15.619) | (4.404) |
| Despesas com variação monetária passiva | (4) | (774) |
| Despesas provisão outros valores e bens | - | (437) |
| Outras despesas operacionais | (1.032) | (784) |
| **Total** | **(16.655)** | **(6.399)** |

(1) referem-se a recuperação de despesas administrativas e reversão de provisões de despesas operacionais.

## 21 Partes relacionadas

A controladora direta do Banco é a De Lage Landen Participações Ltda., uma subsidiária do grupo De Lage Landen que é parte integrante do grupo Rabobank International. O Banco tem como controlada a DLL Corretora de Seguros Ltda., da qual detém 99,99% das quotas.

As principais operações com as partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado da época da operação, podem ser resumidas como segue:

## a. Transações com a controladora direta

### De Lage Landen Participações Ltda.

| **Passivo** | **30/06/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|
| Depósitos a prazo (remuneração média de 100% do CDI) | 107.732 | 112.636 |

| **Resultado** | **30/06/2021** | **30/06/2020** |
|---|---|---|
| Despesas com captação | (1.358) | (914) |

## b. Transações com a controladora indireta

### *De Lage Landen International B.V.*

| **Ativo** | **30/06/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|
| Valores a receber de serviço técnico especializado | 827 | 65 |

| **Resultado** | **30/06/2021** | **30/06/2020** |
|---|---|---|
| Despesa de serviço técnico especializado | (15.549) | (11.101) |

## c. Transações com controlada

### *DLL Corretora de Seguros Ltda*

| **Passivo** | **30/06/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|
| Depósitos a prazo (remuneração média de 100% do CDI) | 18.669 | 16.737 |

| **Resultado** | **30/06/2021** | **30/06/2020** |
|---|---|---|
| Despesas com captação | (220) | (112) |

## d. Transações com outras partes relacionadas

### *Banco Rabobank International Brasil S.A.*

| **Ativo** | **30/06/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|
| Aplicação em operações compromissadas (Nota 4) | 66.438 | 187.845 |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) | 313 | 30.317 |
| **Passivo** | | |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) | (112.156) | (15.945) |

| **Resultado** | **30/06/2021** | **30/06/2020** |
|---|---|---|
| Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez (remuneração média de 99% do SELIC) | 2.342 | 3.157 |
| Resultado em operações com derivativos | (88.259) | 65.879 |

**De Lage Landen Ireland Company**

| **Ativo** | **30/06/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|
| Valores a receber de pagamentos de juros | 230 | 239 |
| | | |
| **Passivo** | | |
| Obrigações por empréstimos do exterior (Nota 10) | 965.749 | 638.032 |
| Obrigações por repasses no exterior (Nota 11.b) | 469.969 | 370.909 |

| **Resultado** | **30/06/2021** | **30/06/2020** |
|---|---|---|
| Despesas de empréstimos no exterior | 73.914 | - |
| Despesas de obrigações por repasses no exterior | 34.370 | 124.774 |

## e. Transações com entidades com influência significativa sobre o Banco

| | **30/06/2021** | **30/06/2020** |
|---|---|---|
| **Resultado:** | | |
| Receitas com subsídios (1) | 17.066 | 8.434 |

(1) Receita de operações subsidiadas por fabricantes parceiros compondo resultado de operações de créditos

### *Remuneração do pessoal-chave da administração*

O Banco define como pessoal chave, membros da diretoria e gerência, que compõem os diversos comitês estratégicos, alinhados com o modelo de governança corporativa do Banco. Os valores destinados para essa responsabilidade estão definidos como remuneração fixa, a qual compõe os vencimentos contratuais individuais dos funcionários e remuneração variável a título de bonificação, substanciado por administração de performance, apurado anualmente. O Banco não mantém outro tipo de remuneração junto a seus colaboradores.

| | **30/06/2021** | **30/06/2020** |
|---|---|---|
| Total pró-labore | 1.318 | 1.028 |
| Total salários | 2.913 | 2.315 |
| Remuneração variável | 3.457 | 2.457 |
| Contribuição INSS | 90 | 80 |
| **Total** | **7.778** | **5.880** |

### *Outras informações*

(a) O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

## 22 Limites operacionais

O Banco opera dentro dos parâmetros previstos na Resolução n.º 2.099 de 17 de agosto de 1994 do CMN, inclusive quanto a alterações posteriores.

| Composição dos ativos ponderados | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Total do ativo ponderado pelo risco (RWA) | 6.628.876 | 6.195.752 |
| Risco de mercado - Carteira Trading (RWACAM) | 32.176 | 19.069 |
| Total do ativo ponderado pelo risco (RWA e CVA) | 6.661.052 | 6.214.821 |
| Percentual de cálculo da Basiléia | 8,00% | 8,00% |
| Patrimônio líquido exigido para os ativos | 532.884 | 497.186 |
| Risco Operacional | 25.918 | 24.389 |
| Patrimônio líquido exigido | 558.803 | 521.575 |
| Patrimônio de Referência | 1.187.488 | 1.120.656 |
| (-) Ajuste Intangíveis | (89) | (101) |
| Patrimônio de Referência ajustado nível I | 1.187.399 | 1.120.555 |
| Capital Principal | 1.187.399 | 1.120.555 |
| Parcela RBAN | 8.761 | 10.965 |
| Adicional Conservação de Capital | 113.507 | 81.496 |
| Margem | 506.328 | 506.519 |
| Índice - Total | 16,99% | 17,17% |

## 23 Estrutura de gerenciamento de risco

A Gestão de Risco é considerada uma atividade estratégica no Banco. A Área de Riscos é responsável pela divulgação, implementação e adoção das políticas, sob orientação da Diretoria e acompanhamento da área de Controles Internos. A implementação e aplicação dessas políticas se dá nas respectivas áreas executoras. Sendo: a Área de Crédito para análise e concessão de crédito; Risco de Mercado e Liquidez pela Área Financeira e Risco Operacional em toda organização, monitorado e acompanhado pela Diretoria de Risco e Comitê de Risco:

O monitoramento é realizado por meio de relatórios gerenciais preparados pelas Áreas de Risco e Financeira, os quais são apresentados à Diretoria com análise específica, comentários e exposição do Banco a cada um dos riscos e os direcionamentos e ações propostas, quando aplicável.

Os principais riscos relacionados às operações do Banco são risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, sendo:

**Risco de crédito**: decorre do risco da contraparte de não honrar compromisso contratado, da degradação de garantias e da concentração em cliente ou setor. A área de Risco é responsável pela avaliação do risco de crédito presente nas operações, bem como pela proposição de limites máximos para assunção de tais riscos. O Banco segue as definições da Resolução n.º 2.682/99, permitindo a classificação de risco de toda a base de clientes da instituição. As áreas de concessão de crédito utilizam-se de critérios internamente definidos para definição de limites de crédito a clientes.

**Risco operacional**: é a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado.

**Risco de mercado**: é a exposição criada por potenciais flutuações nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

O Banco implementou política de Gestão de Riscos de Mercado, consoante com os dispositivos da Resolução n.º 3.464 de 26 de junho de 2007 do CMN. A área de Gestão de Riscos monitora de forma independente das áreas executoras os níveis de riscos de mercado, bem como a aplicação dos

procedimentos instituídos em políticas corporativas. O Banco se encontra apto a atender as exigências do BACEN que tratam da estrutura de gerenciamento do risco de mercado. Em linha com as melhores práticas do sistema financeiro, o Banco instituiu uma política corporativa que versa sobre o gerenciamento do risco operacional. A referida política encontra-se devidamente aprovada pela Diretoria observando os preceitos dos dispositivos do Novo Acordo de Mensuração de Capital - Basileia III, ratificados no Brasil pelas Resoluções n.º 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09 e 4.090/12 do CMN e dispositivos complementares.

O gerenciamento do risco operacional conta com o apoio das diversas unidades do Banco e é fundamentado em procedimentos aplicados aos principais processos de negócios, sendo todas as áreas de negócios do Banco responsáveis na observação dos riscos operacionais respectivos às suas funções, inclusive no reporte desses eventos.

Cabe a Área Riscos a responsabilidade pela gestão centralizada do risco operacional, monitorando os aspectos gerais referentes ao tema, bem como coordenar com as diversas áreas envolvidas na correta aplicação dos procedimentos instituídos em política, reportando-se matricialmente à Administração todos os eventos identificados como possíveis riscos operacionais.

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.dllgroup.com.br (não auditado).

## 24 Outras informações

**a.** Despesas tributárias referem-se, à contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) calculada à alíquota de 0,65%, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), calculada à alíquota de 4%, ao Imposto Sobre Serviços (ISS) à alíquota de 5% e demais impostos, conforme abaixo:

| | 30/06/2021 | 30/06/2020 |
|---|---|---|
| Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) | (7.486) | (6.607) |
| Imposto sobre serviços (ISS) | (1.928) | (1.394) |
| Contribuição ao programa de integração social (PIS) | (1.217) | (1.074) |
| Impostos de remessa para exterior | (5.171) | (3.972) |
| Outros impostos | (89) | (76) |
| **Total** | **(15.891)** | **(13.123)** |

**b.** O Banco firmou um contrato de garantia parcial de um convênio de coobrigação. As comissões estão registradas na rubrica "Receitas de Prestação de Serviço" e a provisão para perdas, quando necessária, é contabilizada na rubrica "Outras Obrigações - Diversas". As parcelas honradas estão registradas na rubrica "Avais e fianças honradas" (vide Nota 6.a) e a provisão para perdas para estas parcelas está registrada na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" (vide Nota 6.a).

**c.** O Banco patrocina Plano de Previdência Complementar para seus colaboradores e Administradores, que assegura com que recursos financeiros sejam acumulados durante a carreira profissional. As contribuições são realizadas parte pela Patrocinadora e parte pelo próprio participante. A Contribuição Patronal foi no montante de R$ 264 no semestre findo em 30 de junho de 2021 (R$ 247 no semestre findo em 30 de junho de 2020). A modalidade do Plano de Previdência Complementar é de Contribuição Definida.

**d.** Em atendimento as normas previstas no CPC n.º 33 e Resolução n.º 4.424 do CMN, de 25 de junho de 2015, a Administração efetuou uma avaliação preliminar com o propósito de identificar e determinar o montante dos passivos atuariais relativos a benefícios a empregados. Esta avaliação concluiu que o Banco não possuía passivo com essas características em 30 de junho de 2021 e 2020.

## 25 Eventos Subsequentes

Em 14 de julho de 2020, foi publicado a Lei nº 14.183/2021, a qual determinou a elevação da alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido para 25% a partir de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021. Essa alteração irá produzir efeitos nos saldos contábeis corrente e diferido da CSLL para o próximo semestre. Reconhecemos aproximadamente R$ 1,1 milhões de crédito tributário sobre provisões que irão se realizar no ano de 2021.

No dia 02 de julho de 2021 foi realizada captação com o Rabobank Brasil S.A. para custeio e fomento das operações realizadas pelo DLL em substituição à captação realizada com o Banco Itaú mencionada na Nota 10a.

**Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria**

O Comitê de Auditoria (Comitê) é um órgão estatutário, atualmente composto por 3 membros, o qual atuam de acordo com o seu regulamento interno.

Compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela supervisão dos processos de controles internos e da gestão de riscos, e das atividades das auditorias interna e independente.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Atividades do Comitê de Auditoria

O Comitê foi oficialmente constituído em Abril de 2021. O detalhamento das atividades executadas no semestre encontram-se descritas a seguir.

**a. Avaliação da Efetividade dos Sistemas de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Compliance**

O Comitê realizou as seguintes atividades referente ao sistema de controles internos, gerenciamento de riscos e compliance:

**(i)** Acompanhamento dos resultados dos testes de efetividade dos controles internos referente a 2020. A reunião do Comitê teve a participação de membros da área de Risco, os quais são responsáveis pela gestão de Controles Internos e Riscos Operacionais.

**(ii)** Acompanhamento dos pontos em aberto provenientes dos trabalhos de auditoria interna e externa, controles avaliados como inefetivos, riscos operacionais significativos ou outras fragilidades identificadas pela segunda linha de defesa, referente a data-base 31 de março de 2021.

**(iii)** Acompanhamentos dos riscos operacionais registrados no primeiro trimestre de 2021.

**(iv)** Acompanhamento dos temas regulatórios, contando com a participação da área de Compliance.

### b. Auditoria Externa

O Comitê realizou as seguintes atividades referente aos trabalhos da Auditoria Externa:

**(i)** Supervisão das atividades realizadas pela empresa de auditoria externa, com vistas a avaliação da sua independência, qualidade dos serviços prestados e adequação desses serviços às necessidades da Empresa.

**(ii)** Discussão do planejamento e escopo de trabalhos para 2021, bem como principais pontos de atenção referente aos trabalhos de 2020 e pontos de atenção para auditoria de 2021.

### c. Auditoria Interna

O Comitê realizou as seguintes atividades referente a Auditoria Interna:

**(i)** Avaliação do Relatório Anual de Auditoria Interna referente ao exercício de 2020. O Comitê revisou e aprovou o Relatório Anual de Auditoria Interna.

**(ii)** Avaliação do Cronograma anual do Plano Anual de Auditoria de 2021. O Comitê tomou conhecimento sobre a metodologia utilizada para definição do cronograma anual de auditoria e considerou adequado os projetos de auditoria previstos para o ano de 2021, aprovando o Plano Anual de Auditoria de 2021.

**(iii)** Supervisão das atividades de Auditoria Interna, incluindo acompanhamento das conclusões de avaliação dos processos auditados, fragilidades identificadas e recomendações emitidas para aprimoramento do sistema de governança, gerenciamento de riscos e controles.

**(iv)** Acompanhamento do cumprimento do cronograma previsto para 2021.

### d. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao seu escopo de atuação, o Comitê de Auditoria, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apresenta a conclusão de suas avaliações.

A estrutura de controles internos atende ao porte, complexidade, risco da operação e apetite de riscos aprovado. O Comitê de Auditoria, com base nas informações trazidas ao seu conhecimento, registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da Instituição.

A Auditoria Interna é efetiva e vem cumprindo seu planejamento anual. A metodologia de trabalho mostra-se compatível para atendimento de seus objetivos, em consonância com as diretrizes da área de Auditoria Interna. O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização.

O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Organização.

O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela PricewaterhouseCoopers, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

* * *